



Acta Scientiarum. Language and Culture
ISSN: 1983-4675
ISSN: 1983-4683
actalan@uem.br
Universidade Estadual de Maringá
Brasil

A exclusividade desinencial e a realização do sujeito 'eu'

Neves, Maria Helena de Moura; Goulart, Felipe Vivian

A exclusividade desinencial e a realização do sujeito 'eu'

Acta Scientiarum. Language and Culture, vol. 39, núm. 4, 2017

Universidade Estadual de Maringá, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307455321001>

DOI: <https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v39i4.37370>



Este trabalho está sob uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

A exclusividade desinencial e a realização do sujeito 'eu'

Inflectional exclusivity and subject 'eu' realization

Maria Helena de Moura Neves
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho",
Brasil
mhmneves@uol.com.br

DOI: <https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v39i4.37370>
Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307455321001>

Felipe Vivian Goulart
Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil

Recepção: 29 Maio 2017
Aprovação: 07 Julho 2017

RESUMO:

O objetivo deste artigo é explorar a relação entre a explicitação do sujeito 'eu' e a presença de desinências exclusivas da 1ª pessoa do singular. A pesquisa, de base teórica funcionalista e sociolinguística, foi desenvolvida a partir da fala de 13 vlogueiros brasileiros, corpus escolhido particularmente por sua condição de informalidade. A análise põe em confronto as duas possibilidades que o PB oferece no que diz respeito à representação do sujeito de 1ª pessoa do singular (explicitação ou elipse) com as duas possibilidades que esse sujeito tem de combinar-se com um predicado, já que o verbo pode ter, ou não, uma terminação que aponte inequivocamente para a 1ª pessoa do singular. Tendo a análise dos dados evidenciado a forte preferência dos falantes pelo sujeito 'eu' explícito, procedeu-se à discussão o modo como a presença de desinências exclusivas interfere nesse resultado. Os resultados obtidos, por um lado, atenderam à hipótese de uma explicitação claramente majoritária no caso de desinência não específica, e, por outro, não responderam à hipótese de uma explicitação minoritária no caso de desinência específica, o que evidencia a existência de outras motivações por trás da expressão do 'eu' além da garantia de remissão correta ao referente (exofórico) pretendido.

PALAVRAS-CHAVE: realização do sujeito, elipse, 1ª pessoa, desinências, informalidade.

ABSTRACT:

the possibilities offered by BP regarding 1st-person-singular subject representation (expression or ellipsis), and the possibilities related to verbal inflections, since the accompanying verb may (or may not) have an ending which unequivocally points to the 1st person singular. A clear preference for the overt subject having been discovered, we moved on to a discussion of the ways in which the presence of exclusive inflections interferes with this result. The results confirm the hypothesis that the absence of exclusive inflections produces a drastic rise in the expression rates of the subject pronoun; however, they do not confirm the hypothesis that the presence of such inflections leads to a significant decrease in said rates. This suggests the existence of other motivations behind the expression of eu besides the guarantee of a correct remission to the intended (exophoric) referent.

KEYWORDS: subject realization, ellipsis, first person, inflections, informality.

INTRODUÇÃO

Os estudos disponíveis sobre o modo de representação do sujeito, em português, têm sido marcados por duas direções complementares.

Em primeiro lugar, esses estudos têm-se encaminhado pela tensão que, já de partida, está representada na possibilidade oferecida pelo sistema de explicitação, ou não explicitação, do sujeito. Com esse ângulo de condução das reflexões e das análises, ressaltam naturalmente dois fatores condicionantes: de um lado, a não existência, na língua portuguesa, daquele sujeito puramente 'gramatical' (sem contraparte de referência) que

AUTOR NOTES

mhmneves@uol.com.br

existe em algumas línguas, e, de outro lado, a existência de um sistema morfológico que disponibiliza alta especificação desinencial de número e pessoa, dentro da modo-temporalidade.

Em segundo lugar, a linha dentro da qual a avaliação é conduzida, nos estudos em geral, tem envolvido e considerado uma diferença entre os modos brasileiros usuais de representação do sujeito e os modos portugueses, caminhando, muito regularmente, na direção de afirmar que o PB omite menos o sujeito do que o PE.

É absolutamente consabido, e registrado em estudos, que as línguas naturais divergem quanto à possibilidade, em orações finitas, de o sujeito gramatical ser omitido, ou seja, não ser foneticamente realizado (Lobo, 2013). Em princípio, línguas em que cada combinação de pessoa e número gramatical é representada por uma desinência verbal específica – isto é, línguas em que há mais exclusividade desinencial – são menos inclinadas à expressão do sujeito, enquanto línguas em que algumas poucas desinências verbais representam todas as combinações de pessoa e número gramatical – isto é, línguas em que há menos exclusividade desinencial – encontram na expressão quase obrigatória do sujeito a solução para ambiguidades que seu sistema morfológico não obtém eliminar. O inglês, o francês^[1] e o alemão, por exemplo, são frequentemente citados como idiomas em que o baixo grau de exclusividade desinencial leva à obrigatoriedade da expressão do sujeito na maioria (embora não na totalidade) das instâncias. O espanhol e o italiano, por sua vez, abrigam-se no outro caso: são línguas em que o alto grau de exclusividade desinencial limita consideravelmente os contextos de incidência do sujeito pronominal. Estes últimos idiomas foram rotulados pela gramática gerativa como idiomas pro-drop, isto é, idiomas inclinados ao pronoun dropping (Chomsky, 1982). Tradicionalmente, o português foi considerado membro desse grupo; no entanto, uma incursão pelas propriedades do português atual pode demonstrar que o princípio pro-drop vem sendo perdido, especialmente no caso do português brasileiro (Duarte, 1995). E exatamente por aí se entra na segunda direção dos estudos que esta introdução apontou.

Ao presente artigo interessa particularmente a realização do sujeito nessa variedade da língua, ou seja, no português brasileiro. E mais, não se pretende discutir a realização de qualquer tipo de sujeito pronominal, independentemente de pessoa ou número; está em análise aqui, especificamente, o sujeito da 1ª pessoa do singular, tema que tem suscitado uma série de estudos, sobretudo brasileiros, sobre a questão. Leia-se, por exemplo, esta afirmação referente ao estado atual do uso linguístico, nesse campo: “[...] diferentemente do PE, o PB lexicaliza o pronome sujeito referencial quando o verbo está marcado para a pessoa de forma não ambígua, como ocorre, por exemplo, na 1ª pessoa do presente do indicativo” (Ribeiro, 1998, p. 107). Em pesquisas com dados de determinados períodos históricos, Tarallo (1993), verificando dados que cobrem desde a primeira metade do século XVIII até a segunda metade do século XX, e Duarte (1993), analisando dados que cobrem desde a primeira metade do século XIX até a segunda metade do século XX, encontraram, semelhantemente, uma queda significativa de ocorrência do sujeito nulo: de cerca de 80%, em ambos os casos, as ocorrências caíram, no correr do tempo, para cerca de 20%, na pesquisa de Tarallo, e para cerca de 30%, na pesquisa de Duarte. Se, de um lado, é possível associar essa preferência pela realização do sujeito pronominal no PB contemporâneo à historicamente comprovada redução do paradigma flexional (Gärtner, 2002), de outro lado, as pesquisas disponíveis – exclusivamente referentes a textos escritos, e particularmente referentes a variedades urbanas (Almeida, 2014) – têm de ser relativizadas quanto ao que podem realmente representar para a língua falada das mesmas épocas. As pesquisas sobre a questão têm demonstrado a vulnerabilidade de conclusões em princípio óbvias especialmente porque, atualmente, a disponibilidade de dados de escrita e de fala tem permitido avaliar o fosso existente entre uma e outra realização, na questão particular de que trata este texto (Duarte, 1993).

Por fim, cabe indicar, como restrição facilmente compreensível, que o estudo não abrange o português brasileiro em toda a sua amplitude diafásica, e que a delimitação do foco de exame propõe, exatamente, um recorte que se considera particularmente relevante para as buscas teóricas que se fazem: a análise se dirige ao

português brasileiro informal, questão a ser discutida mais adiante, na indicação do gênero escolhido como objeto particular de estudo.

AS PRIMEIRAS IMPLICAÇÕES DA DELIMITAÇÃO DO ÂMBITO DA PROPOSTA

Tais escolhas têm suas implicações, que a seguir se especificam.

Quanto à delimitação do registro informal na configuração do objeto de análise, a escolha decorre da hipótese de que, com os altos níveis de automonitoramento característicos do registro formal, pode haver um controle das diretrizes de expressão ou de omissão de um sujeito 'eu'. É certo que, mesmo em uma fala monitorada, a realização do sujeito 'eu' não constitui um ponto especialmente ligado a cuidados de normatização, já que a previsão de monitoramento é, no geral, direcionada a variantes estigmatizadas (Labov, 2008), e nenhuma das duas variantes associadas ao fenômeno em análise (sujeito expresso e sujeito zero) pode ser tida como estigmatizada. De todo modo, embora a realização do sujeito 'eu' não seja um fenômeno tão sensível à pressão normativa quanto, por exemplo, a concordância de número, parece defensável a hipótese de que o automonitoramento natural do falante pode levá-lo a procurar evitar a expressão de um sujeito que, acompanhado de uma desinência que já o identifica, poderia ser considerado 'redundante'. Considerando-se que tal restrição seja razoável, faz sentido esperar que ela seja especialmente atuante em determinados casos, por exemplo naqueles em que seguidos predicados se ligam a sujeitos de um mesmo valor referencial, visto que uma das regras tácitas da comunicação cuidada é evitar repetições excessivas.

Quanto à escolha das formas de 1ª pessoa do singular para exame, fica assentada, já de partida, a convicção de que a análise do comportamento de um pronome pessoal de 1ª pessoa é diferente da análise do comportamento de pronomes ou sintagmas nominais de 3ª pessoa. No caso do uso de formas de 3ª pessoa, a lida se implementa com entidades de uma referenciação que diz respeito à introdução e à manutenção das entidades internas ao texto, o que representa tomar a instituição textual como universo de análise, e a costura do texto como um todo significativo. Lidar com a 1ª pessoa do singular, por outro lado, significa envolver uma referenciação que sai do texto para atingir entidades do contexto da situação interlocutiva, externas, pois, ao tecer da referenciação coesiva (Halliday & Hasan, 1976; Halliday, 2004). A 1ª pessoa do singular representa o elemento primeiro da situação do discurso, que é o indivíduo que enuncia (Benveniste, 1966; Flores, 2005), e que, a cada vez que retorna ao texto, novamente se instaura na situação enunciativa. Assim, em contraste com elementos de 3ª pessoa, o 'eu' sempre surge no texto como um enunciador que a cada momento se assume como tal, portanto nunca identificado por via de relações fóricas internas ao texto.

Essa duplicação de focos diretivos que governa a configuração do âmbito da proposta conduz à necessidade de que se discuta cada uma das implicações, o que se propõe fazer na seção a seguir.

A natureza do objeto de análise

A informalidade na linguagem

O estudo da língua informal é uma tarefa inerentemente problemática. Em princípio, há que se entender como universo prevalente de informalidade a língua falada, e, de fato, é ela que traz maior probabilidade de oferecer amostra de produção linguística informal. No entanto, a produção linguística oral a que o analista de linguagem tem mais direto acesso é aquela que, já na sua concepção, é pública, ou seja, que já nasce para ser publicamente exposta: palestras, sermões, entrevistas, aulas. São, assim, produções desenvolvidas com o propósito de atingir um público já configurado dentro de determinado estatuto social (que muito provavelmente implica escolarização). Assim, cada uma dessas produções é pautada segundo um público específico, sempre no sentido de que se obtenha satisfatoriamente a captação dos sentidos que os textos

carregam, tanto quanto a captação dos móveis que guiaram a sua produção nesse contexto interacional (Dik, 1997).

Por tais características, produções desse tipo tendem a ter um marcado grau de monitoramento: seus produtores se põem, conscientemente, já por dever de ofício, na expectativa de serem julgados por sua fala, e, assim, procuram adequá-la aos padrões socialmente esperados para tal ou tal conjuntura. A partir daí quem se pretende investigador da língua informal tem a busca de material de análise confinada a poucas produções que possam ser tidas como de recepção minimamente sujeita a um patrulhamento sociocultural. Diante disso, o investigador pode tentar criar um ambiente absolutamente distenso, conduzindo, por exemplo, uma entrevista como um bate-papo; no entanto, não se obtém por aí a anulação do problema, uma vez que, como aponta Labov (2008, p. 244), qualquer situação em que um falante é observado sistematicamente “[...] define um contexto formal em que ele confere à fala mais do que o mínimo de atenção”. É certo que, como o próprio autor sinaliza, diversas medidas podem ser tomadas para atenuar a tensão do falante durante sua produção, mas, de todo modo, raramente a atenção de quem fala será completamente desviada da forma de sua fala, especialmente se o indivíduo em observação tiver consciência de que aquele que o ouve é um analista da língua. Tudo isso leva à conclusão de que o material de análise ideal para o estudo da língua informal seriam produções linguísticas que se obtenham com total desconhecimento de seus produtores, por exemplo, gravações de falantes que ignorem estar sendo gravados. Essa solução esbarra nas regras de controle legal da organização política das sociedades, sendo muito raras as possibilidades de obtenção de tal tipo de produção.

O analista parece ter, então, algumas poucas opções para escapar da impossibilidade de obter o que analisar. Arrolem-se as três seguintes, com decrescente grau de confiabilidade quanto a algum grau de informalidade efetiva: gravar falantes sem seu consentimento, tentando obter esse consentimento após o término da gravação; entrevistar falantes fazendo o possível para estimular uma comunicação espontânea e descontraída; buscar algum tipo de produção linguística pública que, pelo menos em tese, não apresente traços de formalidade. Optou-se, aqui, por esta última opção, sendo o gênero selecionado para análise o dos videologs, e as razões da opção se apresentam a seguir.

Trata-se de um gênero relativamente novo, descrito por Burgess e Green (apud Montanha, 2011, p. 154, grifos dos autores) como

[...] uma forma predominante do vídeo ‘amador’ no Youtube, tipicamente estruturada sobre o conceito do monólogo feito diretamente para a câmera, cujos vídeos são caracteristicamente produzidos com pouco mais que uma webcam e pouca habilidade em edição. Os assuntos abordados vão de debates políticos racionais a arroubos exacerbados sobre o próprio Youtube e detalhes triviais da vida cotidiana.

O videolog, portanto, pode ser entendido como uma mistura do gênero da conversação com o do diário, uma mistura oportuna para esta investigação, visto que ambos os gêneros são, tipicamente, informais. Quase todas as propriedades do videolog, aliás, parecem propiciar a informalidade: o cenário é caseiro, normalmente restrito ao quarto do vlogueiro; a complexidade de produção do vídeo é mínima, restringindo-se a algumas poucas edições geralmente feitas pelo próprio vlogueiro; o vídeo encontra-se publicado em um site aberto a todo tipo de conteúdo produzido em contexto amadorístico (diferentemente, por exemplo, da palestra de um profissional, televisionada por outros profissionais). Cabe lembrar, ainda, que os espectadores podem interagir com o vlogueiro por meio de comentários na página do vídeo, aos quais ele pode responder em vídeos posteriores. Isso deve tornar evidente a distância entre o gênero do videolog e o gênero do jornal televisivo, por exemplo, em que, como aponta Montanha (2011, p. 163), “[...] a abertura à interação é limitada e pautada pelo modelo tradicional de comunicação (emissor-mensagem-receptor)”.

Fica bastante evidente, no entanto, que esse material de análise também não é isento de riscos, no que respeita à fidedignidade: como já apontado anteriormente, apenas com gravações de falantes que não saibam estar sendo gravados é possível pressupor que haja um nível irrelevante de pressão sobre esses quanto à forma linguística de seus enunciados. A ação de pôr-se a falar diante de uma câmera ligada tende a despertar o automonitoramento nos falantes, o que é evidenciado pelo surgimento, em diversos videologs, de traços

característicos da fala monitorada, como o uso do futuro simples e a rotacidade final em verbos no infinitivo (em termos simplificados, a pronúncia do -r final em formas como 'fugir' ou 'refogar'), dentro de uma comunidade em que isso não é o natural. Mais ainda, muitos videologs são produto de um longo preparo, e isso pode manifestar-se por uma fala de composição nitidamente roteirizada. Obviamente, tomou-se o cuidado de descartar casos desse tipo, optando-se por videologs marcados por baixo grau de monitoramento e planejamento, evidenciado por uma abundância de construções não padrão, de palavras-tabus, de hesitações e de truncamentos.

Quanto ao cuidado de garantir representatividade geográfica do país no corpus de análise, foram selecionados ao menos dois representantes de cada região do Brasil, e de cada representante foram tomadas ao menos duas gravações, com o intuito de captar a produção do mesmo falante em momentos diferentes e, assim, tentar obter alguma indicação de eventuais variações diafásicas. Chegou-se, enfim, a um total de 13 falantes e 30 gravações. As transcrições foram feitas de acordo com as normas do Projeto NURC (Preti & Urbano, 1990), com algumas poucas alterações referentes à sinalização das ocorrências de 1ª pessoa do singular. Considera-se que, apesar de eventuais (e inevitáveis) inadequações, esse gênero de produção que são os videologs – e, especialmente, os selecionados – representa o português brasileiro informal de maneira suficiente a que seja possibilitada uma análise relevante do fenômeno focalizado.

A indicação desinencial do sujeito de 1ª pessoa do singular dentro do paradigma verbal

Em português, o paradigma de conjugação tradicionalmente associado a um verbo regular no presente do indicativo envolve a ligação de cada pessoa e número do discurso a uma forma verbal distinta. Assim, um verbo como 'beber' exibe, nesse paradigma, seis diferentes terminações (três de singular e três de plural): uma, atemática, que é a de 1ª pessoa do singular (-o), e as demais, temáticas (-es; -e; -emos; -eis; -em).

Trata-se de uma situação de exclusividade desinencial absoluta: com esse paradigma conjugacional em operação, é possível a identificação da pessoa e do número de qualquer sujeito por meio da terminação verbal. Com a mesma situação encontrada em dois outros paradigmas do modo indicativo (pretérito perfeito e futuro do presente), a necessidade de expressão do sujeito pronominal nesses casos seria, em princípio, drasticamente reduzida, visto que a remissão ao referente já é garantida pelo sistema morfológico.

Em outros casos, o paradigma conjugacional não traz terminações verbais específicas para cada combinação número-pessoal: no pretérito imperfeito do indicativo, por exemplo, as terminações (todas temáticas) são apenas 5, para os 6 casos (as três pessoas do singular e as três do plural), porque a mesma terminação – 'ava' (vogal temática 'a' seguida de desinência modo-temporal – 'va' e desinência número-pessoal zero) serve tanto para a 1ª quanto para a 3ª pessoa do singular. Isso se aplica à grande maioria das outras formas de flexão verbal, e, nesses casos, conseqüentemente, o falante não pode delegar à desinência a identificação de um sujeito de uma dessas duas pessoas do singular.

O oferecimento, por parte do paradigma verbal, de "[...] formas iguais para designar diferentes pessoas gramaticais" (Duarte, 1995, p. 14) é ainda mais aberto quando se sai daquilo que o sistema morfológico da língua prevê em seus paradigmas e se vai aos quadros realmente ativados nos usos, em diferentes registros. Já há algum tempo é evidente na língua o abandono das formas tradicionais da 2ª pessoa do plural, atualmente restritas a alguns raros empregos estilisticamente marcados. No caso da 2ª pessoa do singular, embora o uso do pronome 'tu' seja até predominante em algumas regiões do Brasil, as formas verbais que predicam esse sujeito são muito frequentemente as que constam nos paradigmas como de 3ª pessoa. A análise do corpus confirma esse desuso: não se encontrou sequer uma ocorrência desse tipo de desinência no material de análise. Chega-se, pois, a quadros em que a mesma forma representa todas as pessoas do singular: 'eu', 'tu', 'ele' / 'você cantava'.

Com base na noção de que o licenciamento da supressão de pronomes depende da existência de um paradigma flexional funcionalmente rico (Roberts & Kato, 1993), as inovações encontradas – adotadas por

todos os falantes analisados – tornam o português brasileiro uma variedade com menos espaço para o princípio pro-drop.

Entretanto, o efeito dessas inovações sobre a exclusividade desinencial do português brasileiro não deve ser exagerado: embora os novos paradigmas certamente tragam menos relações biunívocas entre combinações número-pessoais e terminações verbais do que os paradigmas tradicionais, essas relações ainda existem na língua, e ainda cumprem seu papel de possibilitar a identificação dos sujeitos a partir das desinências (tomem-se, entre inúmeros exemplos, ‘canto’ e ‘cantamos’). Além disso, dois dos paradigmas modo-temporais que trazem uma desinência específica para a 1ª pessoa do singular (o presente e o pretérito perfeito do indicativo) ocorrem com frequência especialmente alta na língua, ou, pelo menos, no gênero analisado. Em decorrência disso, as instâncias de 1ª pessoa do singular com desinência exclusiva são muito mais frequentes do que as de 1ª pessoa do singular com desinência não exclusiva: aquelas ocorrem 1473 vezes no corpus; estas, apenas 228 vezes[2]. Neves (1995, p. 524) sintetiza o que se vem expondo neste parágrafo com a seguinte declaração: “[...] embora a correspondência entre as pessoas do verbo e as pessoas do pronome seja imperfeita, ainda assim ela constitui um ponto de referência constante para a interpretação das frases do português”.

Afunila-se, aqui, a investigação, passando-se à análise, no corpus, da relação entre a exclusividade desinencial e a realização do sujeito ‘eu’.

EXCLUSIVIDADE DESINENCIAL E EXPRESSÃO, OU NÃO, DO SUJEITO ‘EU’

A verificação da frequência no modo de realização do sujeito de 1ª pessoa do singular

Antes de verificar de que forma a especificidade das terminações verbais interfere na realização do sujeito de 1ª pessoa do singular, é necessário observar o modo como a realização desse sujeito se dá na língua, em termos gerais, o que passa por uma primeira verificação sobre a frequência com que os falantes costumam explicitá-la, assim como por uma verificação das diferenças de frequência segundo os diferentes tipos de ocorrência.

Foram postas sob análise 1701 ocorrências, dentre as quais 77,7% (1321 ocorrências) apresentaram o sujeito ‘eu’ expresso e 22,3% (380 ocorrências) apresentaram sujeito nulo, o que mostra a expressão do sujeito como a preferência de 3 entre 4 falantes. Para o que se propõe no estudo, cabe confrontar essa taxa de explicitação do sujeito com a taxa relativa aos casos de presença (ou não) de desinências exclusivas de 1ª pessoa do singular.

Cruzados, pois, esses dados com os obtidos nas análises sobre a exclusividade referencial (o grau de desinências inequívocas), obtiveram-se os seguintes resultados: as desinências exclusivas são, no total, 1473 (75,6% delas com sujeito expresso) e as não exclusivas são apenas 228 (90,8% delas com sujeito expresso). Por um lado, esses resultados confirmam a hipótese de que a ausência de desinências exclusivas torna a explicitação do sujeito mais provável: a taxa de sujeito expresso associada a desinências não exclusivas situa-se 13,1 pontos percentuais acima da taxa de 77,7% encontrada para o geral dos casos. Por outro lado, a notável proximidade da taxa de explicitação com desinências exclusivas (75,6%) em relação à taxa obtida para o geral das ocorrências quebra a expectativa, criada nos estudos tradicionais sobre a matéria, de que com desinências exclusivas o sujeito pronominal tende a ser apagado pelos falantes (questão já discutida neste texto).

Transportou-se a análise dos dados para a diferenciação regional da amostra, no sentido de verificar eventuais variações diatópicas sobre a realização do sujeito ‘eu’ influenciada pela exclusividade desinencial. Os resultados mostraram comportamento muito semelhante para as diversas regiões em todas as contagens efetuadas: com desinência exclusiva, as cinco regiões tiveram entre 70% e 80% de preenchimento da casa do sujeito, e, com desinência não exclusiva, as cinco regiões tiveram entre 85% e 95% de preenchimento da casa do sujeito. Aponte-se, por exemplo, que a maior disparidade encontrada foi de apenas 9,8 pontos percentuais, distinguindo a região Centro-Oeste da região Sul no que diz respeito à relação da presença de desinências exclusivas com a realização do ‘eu’. Embora se trate apenas de uma amostra, o que não permite generalizações,

parece possível ter como hipótese que, no português do Brasil, a sensibilidade à exclusividade desinencial não é uma propriedade significativamente estratificada, no que diz respeito à variação diatópica.

Passando-se à investigação mais qualitativa dos dados, cabe proceder à análise de cada uma das quatro combinações produzidas pelo cruzamento dos critérios 'realização do sujeito' e 'exclusividade desinencial'.

A INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DE FREQUÊNCIA NO JOGO ENTRE A EXPRESSÃO DO SUJEITO E A EXCLUSIVIDADE, OU NÃO, DA DESINÊNCIA DE 1ª PESSOA DO SINGULAR

Neste jogo de entrecruzamentos entre, de um lado, expressão e não expressão do sujeito de 1ª pessoa, e, de outro lado, marcação e não marcação desinencial específica do verbo, é necessário que a explicitação passe pelas quatro situações que se configuram a seguir.

Para os casos de 'eu' expresso com forma verbal que não traz desinência exclusiva, a primeira suposição pode ser a de que a explicitação do sujeito tenha motivação diretamente provinda da insuficiência da terminação verbal para indicar a 1ª pessoa do singular. Embora essa motivação possa ter algum peso, não faz sentido que, em todo e qualquer caso, se atribua simplistamente o preenchimento da casa do sujeito à ausência de desinência específica, já que, no reverso, o sujeito vem frequentemente junto de formas verbais de desinência específica, o que mostra que tais casos não se resolvem em termos de um simples 'sim' / 'não' estrutural. Afinal, como já se depreende de todo o andamento da explicitação dos casos aqui em análise, o fenômeno da realização do sujeito envolve outras necessidades comunicativas além da simples garantia de identificação do referente-sujeito. Nos diversos casos de "eu' + desinência não exclusiva' existe, portanto, a possibilidade de que fatores não simplesmente responsáveis por uma interpretação denotativa da construção sejam condicionantes da explicitação do sujeito. Casos de grande relevância para esse tipo de comprovação são aqueles em que a 1ª pessoa do singular desempenha o papel de foco informativo (Neves, 1997), embora não se possa ingenuamente dizer que a necessidade de identificação efetiva do sujeito também não possa ser atuante, no caso. A importância do papel pragmático do sujeito no fenômeno da explicitação fica bastante evidente em construções com desinência verbal exclusiva: na ocorrência (01), por exemplo, apesar de a identificação do sujeito de 1ª pessoa já estar garantida pela desinência da forma verbal ('sei'), o importante jogo de contraste presente na frase alavanca a ida da forma do sujeito para a superfície textual:

(1).. ø pareço o Sílvio Santos... "maoe ah-ac"... ø não sei imitar o Sílvio Santos... todo mundo sabe imitar mas eu não sei...

Obviamente, muitos são os casos em que o perigo de interpretação causado pela ausência de especificidade desinencial é, de fato, a razão determinante da explicitação do sujeito 'eu', o que pode ser exemplificado em (02):

(02) muita gente no Facebook pensando que eu tinha arrancado os dente da frente [...].

No contexto dessa ocorrência, se o sujeito não viesse expresso, seria alta a probabilidade de o sujeito da forma verbal 'tinha' (isto é, 'muita gente') ser interpretado como co-referente com o sujeito da forma verbal 'pensando'. É bastante regular a noção de que, na cadeia referencial do texto, o candidato preferencial para entrar em uma casa vazia de sujeito, junto de uma forma verbal com desinência que sirva à 3ª pessoa, seja algum referente recuperável por menção precedente, configurando-se, com isso, uma instrução para manutenção daquele referente (Givón, 1993; Clancy, 1980).

Obviamente, os efeitos do sincretismo na realização do sujeito 'eu' não se limitam à eventual necessidade de esclarecer que o sujeito é de 1ª pessoa e não de uma 3ª pessoa disponível para resgate no texto. Quando uma terminação verbal aponta para a 3ª pessoa do singular, ela não aponta apenas para alguma determinada entidade que seria representada por um sintagma nominal ou por um pronome de 3ª pessoa, para sujeitos como 'muita gente' ou como 'ela'. A 3ª pessoa verbal também serve a construções gramaticais da língua que permitem exatamente escamotear a referência a uma entidade específica, servindo à expressão de uma

indeterminação de referência. Na ocorrência que segue, por exemplo, o falante pergunta (em discurso reproduzido) se é possível / permitido que alguém – seja lá quem for – coma cuscuz com carne:

(03) *ø* até perguntei pro doutor brincando né “doutor pode comer cuscuz com carne?”

Assim, a pergunta ‘pode comer cuscuz com carne?’ pode ser reproduzida, equivalentemente, por ‘pode-se comer cuscuz com carne?’, e representa um tipo de construção que resulta do processo histórico de perda dos clíticos verificado no português brasileiro (Cyrino, 1993): o significado tradicionalmente veiculado pela combinação do clítico ‘se’ com um verbo na 3ª pessoa do singular’ passa a ser, em determinados usos, veiculado pela forma verbal por si só, dispensando-se o clítico.

Uma terminação verbal que possa servir à 3ª pessoa do singular cria, portanto, mais candidatos ao papel de sujeito do que uma desinência de pessoa gramatical diretamente identificada na interação, ou seja, que apenas sirva à 1ª (ou à 2ª) pessoa do singular. À necessidade de descarte de sentidos adicionais associados à 3ª pessoa, como essa pura indeterminação do sujeito, soma-se a evidente necessidade de identificação das diferentes pessoas gramaticais envolvidas na predicação, o que torna os verbos de desinência não exclusiva um ambiente especialmente acionador da explicitação do sujeito. No caso de uma forma verbal de 3ª pessoa sem sujeito expresso ou sem alcance fórico imediato, corre-se o risco, por exemplo, de o ouvinte ser obrigado a aguardar a conclusão da mensagem para, então, configurar a estrutura argumental da oração.

Afinal, pode-se dizer que a análise das ocorrências de ‘eu’ + desinência não exclusiva’ deixa evidente uma preferência dos falantes por evitar as dificuldades de identificação imediata do sujeito, garantindo a exata apreensão daquela estrutura argumental que é peça do todo interpretativo do texto.

Quanto ao segundo caso, o de expressão do sujeito junto de forma verbal de desinência exclusiva, lembre-se que, nas línguas favoráveis à supressão de pronomes – grupo em que tradicionalmente se inseriu o português –, a combinação ‘eu’ + desinência exclusiva’ seria considerada uma fuga à regra. Em teoria, o fato de a especificação morfológica permitir ao ouvinte recuperar a identidade do sujeito, aliado à existência de uma motivação de economia da forma linguística, tornaria o sujeito zero a opção favorita dos falantes nesse tipo de idioma. A expressão do pronome-sujeito, assim, seria limitada às ocasiões singulares em que isso fosse julgado imprescindível.

No entanto, uma primeira observação – superficial que seja – do corpus em exame é suficiente para a relativização de uma proposta que ligue muito diretamente a dispensa do ‘eu’ sujeito à existência de forma verbal de desinência específica. Como as ocorrências abaixo ilustram, a combinação ‘eu’ + desinência exclusiva’ ocorre com perceptível liberdade na produção de falantes das diversas regiões, por vezes repetidamente, em sequência:

(04) aí eu pensei “ah eu acho que eu vou fazer também porque eu tenho muitas dicas pra dar...” (região Centro-Oeste)

(05) eu tô com um pouquinho de vergonha de mostrar ele porque... um colega me emprestou ele... eu acho que tem um ano... uma dica pra vocês nunca me emprestem livros eu sou péssima pra devolver livros mas eu cuido bem dos livros eu não quero eles pra mim... (região Norte)

(06) eu quando eu entro num ônibus ele tá lotado: eu penso “cara... eu sou um cara sem talento nenhum eu sou inútil eu não tenho futuro nenhum nessa merda eu só tô aqui ocupando espaço” [...] (região Sul)

Os casos em que o pronome ‘eu’ é explicitado mesmo estando acompanhado de uma desinência verbal exclusiva de 1ª pessoa do singular são, na verdade, a norma, e não a exceção. Isso parece licenciar duas conclusões:

1º) Existem outras necessidades comunicativas por trás da explicitação do sujeito além da garantia de uma interpretação correta da parte do ouvinte quanto à sua determinação número-pessoal.

2º) O português brasileiro, como já concluem pesquisadores, afasta-se cada vez mais do grupo dos idiomas pro-drop. Nesse sentido, Duarte (1995) aponta uma distinção entre o comportamento dos pronomes-sujeitos em português e em outras línguas como o espanhol e o italiano, que de fato pertenceriam ao grupo pro-drop. Conforme mostra o estudo, a exemplificação é fácil recorrendo-se ao critério da animacidade: na

língua portuguesa, a associação do sujeito pronominal ao traço [+ animado] desfavorece sua explicitação, mas não chega a impedi-la; no espanhol e no italiano, por outro lado, essa associação impede o surgimento do pronome-sujeito de forma quase categórica. É certo que esse exemplo não diz respeito particularmente à 1ª pessoa – que constitui caso particular, porque, em princípio, o referente sempre tem o traço [+ animado] –, mas ele pode ilustrar a distância existente entre as regras de pronominalização operantes no português brasileiro[3], de um lado, e no espanhol e no italiano, de outro.

O terceiro e o quarto casos em exame dizem respeito às construções com sujeito zero de 1ª pessoa do singular. Em primeiro lugar, interessa reforçar que, em uma língua favorável à supressão de pronomes, a combinação 'ø + desinência exclusiva' constituiria o padrão, ficando o 'eu' expresso limitado às ocasiões em que esse pronome seja absolutamente necessário na superfície textual, como, por exemplo, quando o sujeito desempenha papel focal. Como já se observou, no entanto, esse está longe de ser o caso do português brasileiro.

De todo modo, as ocorrências de sujeito zero com desinência exclusiva podem oferecer pistas quanto a outros fatores que determinam a realização do sujeito 'eu' no português brasileiro. Afinal, esses são os casos em que, não havendo necessidade de desfazer uma ambiguidade desinencial, nenhuma outra motivação é suficientemente forte para levar o falante à explicitação do 'eu'. Observem-se as duas ocorrências seguintes, representativas de muitas outras semelhantes:

(07) essas atividades solas::res de outras ahn combinações de fatores astrológicos possam influenciar realmente o nosso comportamento eu acredito que podem/ podem não com certeza influenciam mas ø não sei de que forma...

(08) eu tiro um pouco dessas bugigangas aqui e ø coloco a câmera...

Pode-se entender que tanto a negação – como em (07) – quanto o contexto das orações coordenadas de sujeito co-referente com o da oração principal – como em (08) – favorecem o apagamento do sujeito. A análise de Goulart (2015) – bem como a pesquisa de Duarte (1995) – corrobora essas duas conclusões.

E chega-se ao último caso na série, aquele em que um verbo sem desinência específica de 1ª pessoa do singular se constrói com sujeito nulo. De todas as possíveis combinações aqui examinadas, esta é, nitidamente, a mais rara. Basta trazer a indicação de que 5 dos 13 vlogueiros analisados nem chegam a usá-la em sua fala, devendo-se lembrar, ainda, que, para cada vlogueiro, foram analisadas no mínimo duas gravações, com o objetivo de captar um grau mínimo de variação diafásica. Esse quadro ilustra a básica noção de que a ausência de desinências exclusivas é um fator de extremo favorecimento à explicitação do 'eu'.

Nas esporádicas ocasiões em que a combinação 'ø + desinência não exclusiva' ocorre, normalmente a remissão ao referente pretendido já está garantida por outros meios que não a presença do pronome ou de desinência específica. Trata-se, enfim, de contextos em que o apagamento do sujeito se apresenta plenamente licenciado, dos quais pode ser exemplo o caso das já comentadas orações coordenadas (ou de orações sequenciadas) com sujeito co-referente com o da principal:

(09) [...] se a minha casa pegasse fogo e eu ficasse com a cara do Michael Jackson caindo toda derretida eu me matava eu me jogava no rio e ø esperava morrer afogado...

(10) eu passava horas lendo sobre as histórias deles... ø baixava várias fotos de personagens preferidos...

Como se pode depreender, o estatuto informacional do referente é um fator que pesa decisivamente na realização do sujeito 'eu', capaz de reverter as tendências criadas pelo fator 'exclusividade desinencial'. Em outras palavras – e com respaldo na distinção de Chafe (1994) entre informações dadas, acessíveis e novas –, o fato de um referente corresponder a uma ideia que se encontra no foco da consciência dos parceiros da comunicação pode levar a que o sujeito seja apagado, mesmo quando acompanhado de desinências não exclusivas. Isso fica ilustrado de forma clara na ocorrência que segue, em um dos poucos momentos do corpus em que, com a intervenção de um terceiro, o falante abandona a produção monológica para estabelecer um diálogo[4]:

(11) (queria ver se parasse de vir o caminhão de lixo se cê ia achar bonito)

V: ø não ia achar bonito não cara mas podia vir numa hora que eu não tô gravando...

As duas falas desse segmento estabelecem uma relação de ‘sim’ / ‘não’ que favorece o apagamento do sujeito na segunda fala. Nesse contínuo de referência exofórica a um mesmo participante da cena enunciativa – no caso, o vlogueiro, representado por *cê* e por *zero* –, não se estabelece um fluxo de informação dinâmica (Furtado da Cunha, 2010, p. 161), ficando licenciado o apagamento do constituinte ‘eu’, apesar da desinência não exclusiva do imperfeito. A análise de uma ocorrência como (11) permite, ainda, teorizar que a taxa de explicitação geral obtida nesta pesquisa (77,7%) poderia ser afetada (presumivelmente, reduzida) em um corpus dialógico.

Por fim, as ocorrências em que o falante opta pela combinação ‘ \emptyset + desinência não exclusiva’ sem uma clara motivação para isso são excepcionalmente raras: menos de 10 em 1701. Cabe observar que, a partir de um ensaio de análise a que se procedeu, pode-se supor que parte dessas ocorrências – em especial as que envolvem o advérbio ‘também’ – seja motivada por um fator prosódico, presumivelmente ligando-se ao fato de que, como aponta Duarte (1995), o sujeito pronominal e elementos que se cliticizam ao verbo parecem ser, até certo grau, intercambiáveis. Em outras palavras, há pistas sutis de que elementos intervenientes entre o sujeito e o verbo podem favorecer o apagamento do sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise quantitativa e qualitativa da relação entre realização do sujeito ‘eu’ e exclusividade desinencial permite confirmar e descartar algumas das hipóteses iniciais. Primeiramente, fica confirmada a correlação entre desinência não exclusiva e sujeito expresso: quando a interpretação desejada quanto à natureza do sujeito não é garantida pelo sistema morfológico, a explicitação do ‘eu’, de fato, tem aumento de frequência. No material de análise, com raríssimas exceções, somente nos casos em que essa interpretação já estava assegurada por outros meios, um verbo com desinência não exclusiva ocorreu sem a companhia de um sujeito expresso.

Por outro lado, a hipótese de que a presença de desinências exclusivas desestimularia o preenchimento do sujeito ‘eu’ não se confirmou: a taxa de explicitação com desinências exclusivas (75,6%) manteve-se bem próxima da taxa de explicitação geral (77,7%). O surgimento do ‘eu’ na superfície parece estar ligado a diversas necessidades comunicativas que a presença de uma terminação verbal específica, por si só, não supre.

Percebe-se, portanto, a seguinte configuração: o falante quase invariavelmente fornece elementos que possibilitem a identificação do sujeito na oração. No entanto, não parece existir um mecanismo que torne esses elementos mutuamente excludentes: a mesma oração pode conter mais de um elemento que possibilite essa identificação, e foi precisamente isso que aconteceu na maioria dos casos, com a presença simultânea do sujeito pronominal e de uma desinência exclusiva.

A mencionada regra tácita segundo a qual sujeitos morfológicamente recuperáveis devem ser omitidos – que foi assumida por alguns escritores e tradutores, sobretudo por legendadores, que trabalham com uma limitação espacial constante (comunicação pessoal) – não se mostrou atuante na variedade analisada, nem mesmo nos casos em que diversos sujeitos de mesmo valor referencial ocorrem em sequência.

Afinal, o que os dados mostram é a expressão do sujeito, praticamente, como a ‘norma’ (em um sentido não prescritivo, obviamente), e não como o ‘desvio’, já que só ocorre o sujeito nulo no caso de haver circunstâncias marcadamente favoráveis. Acrescidos os casos em que as circunstâncias, em sentido contrário, requerem a expressão do ‘eu’ sujeito, verifica-se que sua possibilidade é praticamente total. No caso da pesquisa que aqui serve de ilustração para as reflexões – apoiada em monólogos do tipo videolog –, não houve nenhum contexto em que o uso do sujeito nulo fosse absolutamente requerido para a viabilidade da construção.

Acredita-se que a compreensão da influência da exclusividade desinencial sobre a realização do sujeito ‘eu’ abre o caminho para a identificação de todos os outros fatores condicionantes desse fenômeno.

Acentue-se, afinal, a importância de uma análise linguística que não se desligue da funcionalidade das escolhas, naturalmente motivadas (Halliday, 2004), e relevantemente exemplificadas nas produções

marcadas por informalidade, que são o objeto desta análise. Assim, dentro dos mais relevantes princípios funcionalistas que dirigiram este estudo, conclui-se que, invariavelmente, cada público específico pauta suas produções linguísticas no sentido de obter satisfatoriamente não apenas a boa recepção e a boa captação dos sentidos e dos efeitos que os textos carregam, mas ainda a obtenção de um julgamento positivo quanto à validade sociocultural – e quanto à validade intrínseca – da sua produção, naquela instância.

REFERÊNCIAS

- Almeida, N. L. F. (2014). O sujeito nulo em três comunidades. In N. L. F. Almeida, & Z. O. N. Carneiro. *Variação linguística no semiárido baiano* (p. 101-136). Feira de Santana, BA: UEFS.
- Benveniste, E. (1966). *Problèmes de linguistique générale* (Vol. I). Paris, FR: Gallimard.
- Chafe, W. L. (1994). *Discourse, consciousness and time: The flow and displacement of conscious experience in speaking and writing*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.
- Chomsky, N. (1982). *Lectures on government and binding* (2a ed.). Dordrecht, NL: Foris.
- Clancy, P. (1980). Referential choice in English and Japanese narratives. In W. L. Chafe (Ed.), *The pear stories* (p. 127-202). Norwood, NJ: Ablex.
- Cyrino, S. M. L. (1993). Observações sobre a mudança no português do Brasil: objeto nulo e clítico. In I. Roberts & M. Kato. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica* (p. 163-184). Campinas, SP: Educamp.
- Dik, S. (1997). *The theory of functional grammar*. KeesHengeveld (Ed.), Berlin, DE; New York, NY: Mouton de Gruyter.
- Duarte, M. E. L. (1993). Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In I. Roberts & M. Kato. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica* (p. 107-161). Campinas, SP: Educamp.
- Duarte, M. E. L. (1995). *A perda do princípio 'evite pronome' no português brasileiro* (Tese de Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas.
- Flores, V. N. (2005). *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo, SP: Contexto.
- Furtado da Cunha, A. (2010). Funcionalismo. In M. E. Martelotta (Org.), *Manual de linguística* (p. 157-176). São Paulo, SP: Contexto.
- Gärtner, E. (2002). Tentativa de explicação diacrônica de alguns fenômenos morfossintáticos do português brasileiro. In T. M. Alkmim. *Para a história do português brasileiro* (Vol. III, p. 293-328, Novos Estudos). São Paulo, SP: Humanitas; Fapesp.
- Givón, T. (1993). *English grammar*. Amsterdam, NL: John Benjamins.
- Goulart, F. V. (2015). *A realização do sujeito 'eu' no português brasileiro informal: um estudo no gênero videolog* (Dissertação de Mestrado em Letras). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.
- Halliday, M. A. K. (2004). *An introduction to functional grammar* (C. M. I. M. Matthiessen, Rev.). London, UK: Hodder Arnold.
- Halliday, M. A. K., & Hasan, R. (1976). *Cohesion in english*. London, UK: Longman.
- Labov, W. (2008). *Padrões sociolinguísticos* (M. Bagno, M. M. P. Scherre, C. R. Cardoso, trads.). São Paulo, SP: Parábola.
- Lobo, M. (2013). Sujeito nulo: sintaxe e interpretação. In E. B.P. Raposo et al. *Gramática do português* (p. 2309-2348). Coimbra, PT: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Montanha, F. A. R. P. (2011). Por um estudo dos vlogs: apontamentos iniciais e contribuições teóricas de Marshall McLuhan. *Contemporânea*, 9(2), 153-168.
- Neves, M. H. M. (1995). Expressão e eclipse do pronome sujeito em português. *Estudos Linguísticos*, XXIV, 523-528.
- Neves, M. H. M. (1997). *A gramática funcional*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Preti, D., & Urbano, U. (Orgs.). (1990). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo* (Vol. IV, Estudos). São Paulo, SP: T. A. Queiroz; Fapesp.

- Ribeiro, I. (1998). A mudança sintática do português brasileiro é mudança em relação a que gramática? In A. T. Castilho. Para a história do português brasileiro (Vol. I, p. 101-119, Primeiras ideias). São Paulo, SP: Humanitas; Fapesp.
- Roberts, I., & Kato, M. (1993). Português brasileiro: uma viagem diacrônica. Campinas, SP: Educamp.
- Tarallo, F. (1993). Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In I. Roberts & M. Kato. Português Brasileiro: uma viagem diacrônica (p. 69-102). Campinas, SP: Educamp.

NOTAS

- [1] Observe-se que, no francês, a ausência de exclusividade desinencial é restrita à realização fonológica, mas, de todo modo, é determinante no condicionamento dos usos. Embora, na forma escrita, a maioria das desinências verbais seja exclusiva, a explicitação do sujeito parece ser tão obrigatória no francês escrito quanto no francês oral. Isso faz ver que é a fala, e não a escrita, que determina a necessidade de explicitação do sujeito pronominal em uma língua.
- [2] Os dados quantitativos apresentados neste artigo foram extraídos da pesquisa de Goulart (2015), também desenvolvida a partir do gênero dos videologs, sobre a escolha entre explicitar (ou não) o sujeito eu no português brasileiro informal. Nessa pesquisa, a exclusividade desinencial foi um dentre cinco fatores a terem sua relação com a explicitação do sujeito 'eu' explorada.
- [3] Uma análise em que Goulart (2015) se amparou (recorrendo a um corpus de controle composto por videologs de falantes do português europeu) permite dizer que no PE também se começa a dar passos rumo à perda do princípio pro-drop, embora em grau significativamente menor do que o observado no PB. Observe-se, ainda, que essa relativa resistência do sujeito nulo no PE parece ser devida, ao menos em parte, à confirmada preservação das terminações verbais tradicionais de 2ª pessoa, nessa variedade.
- [4] Quanto ao modo de registro, explique-se que a fala do vlogueiro vem antecedida por V, e a fala de seu interlocutor vem sinalizada entre parênteses.